



O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê (RS)

Daniela Oliveira – Engenheira agrônoma, mestre em Desenvolvimento Rural e doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Email: danioliveira02@yahoo.com.br.

Sérgio Schneider – Sociólogo, mestre e doutor em Sociologia e professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e em Sociologia da UFRGS. Endereço: Avenida João Pessoa, 31, Bairro Centro, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, CEP: 90.040-000. E-mail: schneider@ufrgs.br.

Resumo

Este artigo insere-se na discussão sobre a crise de sucessão na agricultura familiar e objetiva analisar a potencialidade de uma prática de desenvolvimento rural – a produção agroecológica no município de Ipê (RS) – para gerar ocupações (emprego de mão de obra familiar e contratada) e manter jovens (rapazes e moças), a curto e a longo prazo, nas unidades familiares. Por meio de uma comparação entre famílias ecologistas e famílias não ecologistas, foi possível constatar que a inserção na rede de agricultores ecologistas e a decorrente prática da pluriatividade para-agrícola (em agroindústrias familiares que processam alimentos ecológicos) promoveram mudanças consideráveis nos indicadores analisados, entre os quais o número de jovens vivendo e trabalhando nas unidades produtivas, o futuro desejado pelos jovens e a perspectiva de sucessão hereditária das unidades familiares.

Palavras chave

Agricultura familiar. Agroecologia. Pluriatividade. Sucessão hereditária. Reprodução social.

Abstract

This article presents a discussion regarding the succession crisis in the family farming and objective to analyze the potentiality of a practice of rural development - the agroecological production in the municipal district of Ipê (RS) - for the generation of occupation of the labor force (family and contracted) and to maintain the youths (boys and girls), in the short and long-term, in the family units. Through a comparison between environmentalist families and families no environmentalist it was possible to verify that the insert in the network of the environmentalist farmers and the current practice of the to-farm pluriactivity (in family agribusinesses that process ecological foods) promoted considerable changes in the analyzed indicators, as, for instance, the number of young persons living and working in the productive units, the future desired by the youths and the perspective of hereditary succession of the family units.

Key words

Family farming. Agroecology. Pluriactivity. Hereditary Succession. Social reproduction.

INTRODUÇÃO

Entre as principais características das transformações sociais do mundo rural brasileiro, nas últimas décadas, encontram-se os processos de redução, envelhecimento e masculinização da população rural¹. Como causas da redução da população, são apontadas, de forma geral, apesar das particularidades de cada uma das regiões do país, fatores de atração das cidades e fatores de expulsão do campo. Como fatores de atração da cidade, a bibliografia cita a força de um mercado de trabalho urbano em expansão, principalmente no setor industrial e no setor da construção civil, marcadamente durante o período de 1950 a 1980. Dentre os fatores de expulsão do campo, destaca-se, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, a redução da necessidade de trabalho humano devido à substituição do fator de produção trabalho por fatores de produção oferecidos pela indústria, entre os quais máquinas, tratores e outros – processo característico daquilo que estamos denominando paradigma da modernização agrícola.

Na agricultura familiar, esses e outros processos têm promovido aquilo que Abramovay *et al.* (1998) têm chamado crise de reprodução social. De acordo com os autores, por uma série de motivos, os padrões sucessórios alteraram-se, e as condições e possibilidades econômicas que o mundo rural oferece não têm garantido a permanência da juventude rural nas propriedades dos pais. Ou seja, o meio rural está envelhecendo e masculinizando-se, os agricultores têm baixa escolaridade e dificuldades para produzir renda suficiente e regular, sendo esse um dos tantos fatores que geram obstáculos à permanência dos jovens nas propriedades, impedindo-os de vislumbrar o meio rural como um local adequado para o projeto de suas vidas.

Essas e outras características do mundo rural na atualidade têm levado à construção de um conjunto de alternativas práticas por parte das populações rurais que, entre outros fins, objetivam a sua permanência e reprodução social. A análise do conjunto dessas práticas substancia aquilo que uma série de autores tem denominado o paradigma do desenvolvimento rural (PLOEG *et al.*, 2004). Nesse novo paradigma, o desenvolvimento rural passa a ser considerado um processo construído localmente, enraizado na história e na cultura local, e fortemente baseado no retorno à centralidade do trabalho, das potencialidades dos recursos naturais e do conhecimento acumulado pelas famílias². Para Ploeg *et al.* (2004), o

1 Ver: CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998.

2 Ou seja, em fatores e insumos sobre os quais os agricultores têm direito de propriedade.

desenvolvimento rural tem sido construído por meio de um repertório diversificado de formas de reação (às consequências da modernização agrícola) e de inovação, que vão desde estratégias de *economização* (agricultura de baixo custo) até formas de pluriatividade e de diversificação das fontes de rendas, passando pela produção agroecológica.

Este trabalho insere-se nessa discussão e objetiva analisar a potencialidade da prática de agricultura ecológica, no município de Ipê (RS), para promover efeitos na geração de ocupações nas unidades produtivas (emprego de mão de obra familiar e contratada) e manter jovens (rapazes e moças), a curto e a longo prazo, nas unidades familiares. Ou seja, aqui pretendemos analisar se a prática da agroecologia tem provocado impactos na presença e na ocupação de jovens (moças e rapazes) e nas possibilidades de sucessão hereditária das unidades familiares, e quais os motivos desses eventuais impactos.

Como hipótese central, propomos que a inserção na rede alternativa amplia as possibilidades de manutenção dos membros das famílias trabalhando nas unidades familiares, bem como as possibilidades de os jovens seguirem os projetos profissionais dos pais, garantindo, assim, a sucessão hereditária das unidades de produção e sua reprodução social. Isso estaria acontecendo em função de dois processos simultâneos: de um lado, o retorno à centralidade do trabalho, característico das estratégias dos agricultores ecologistas, por meio da produção ecológica, da agroindustrialização e da comercialização direta; de outro, a revalorização da profissão de agricultor pelos ecologistas, que estaria acontecendo em função de melhorias nas condições de trabalho e na renda das famílias desse grupo.

O presente artigo encontra-se estruturado da seguinte maneira: na primeira seção, apresentamos a problemática central do estudo; na segunda seção, teorizamos o problema em duas perspectivas que abordam a questão de forma diferenciada, mas complementar: uma que discute a crise de reprodução com base no foco econômico e outra que discute a crise de reprodução como uma crise simbólica, como uma erosão na crença na profissão de agricultor e nos valores a serem reproduzidos. A seguir, na terceira seção, identificamos e caracterizamos a experiência analisada, os métodos e as ferramentas de análise e apresentamos os resultados da pesquisa de campo. Finalmente, tecemos algumas conclusões.

1 A PROBLEMÁTICA CENTRAL

No Brasil, assim como em outros países, a migração rural tem sido um fenômeno inerente ao processo de crescimento econômico que caracteriza a transição de uma sociedade rural para outra de tipo urbano-industrial. Afirmam Camarano e Abramovay (1998, p. 7): “A população rural brasileira atingiu seu máximo em 1970 com 41 milhões de habitantes, o que correspondia a 44% do total. Desde então o meio rural vem sofrendo um declínio populacional relativo e absoluto, chegando em 1996 com um total de 33,8 milhões de habitantes, ou 22% do total nacional”.

Nesse fluxo migratório campo-cidade, uma primeira característica é a sobremigração feminina. De acordo com os autores, com exceção dos anos 60, nas outras décadas, a migração feminina superou a masculina, fenômeno que tem como consequência a crescente *masculinização* do meio rural do Brasil e de outros países da América Latina:

Em 1950, há mais moças que rapazes no meio rural brasileiro. Em 1960, a proporção entre os sexos é praticamente a mesma para ir aumentando a cada década o predomínio populacional dos rapazes. Em 1996, o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos foi superior em 14% ao número de moças nacional (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998, p. 16).

A única informação agregada latino-americana a respeito está num trabalho da Cepal (1995, p. 8): em 1995 havia 5,2 milhões de homens a mais que mulheres na zona rural latino-americana. Nos grupos entre 15 e 29 anos, esta diferença chegava a 1,8 milhão – há 12% a mais de jovens homens, não muito distante da situação média do Brasil [...] (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998, p. 15).

Uma segunda característica apontada pelos autores refere-se ao fenômeno de rejuvenescimento do fluxo migratório, ou seja, são cada vez mais os jovens os que têm deixado o campo. Na década de 50, o ponto máximo da migração ocorreu no grupo etário de 30 a 39 anos; já nos anos 90, esse ponto deslocou-se para o grupo de 20 a 24 anos – quando somente a população feminina é observada: “[...] a tendência observada nos anos 90, em relação aos anos 80, é a de um decréscimo das taxas de migração da população maior de 20 anos e um acréscimo naquelas com idade inferior” (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998, p. 10). Assim, conclui-se que os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e, entre eles, é crescente a proporção de moças.

Como possíveis explicações da superioridade da migração feminina, os autores apontam:

a) a oferta de trabalho no meio urbano, principalmente no setor de serviços;

b) as dinâmicas intrafamiliares, nas quais as moças têm uma carga de trabalho pesada e sem qualquer contrapartida que valorize e estimule a sua permanência no campo;

c) a melhor formação educacional que as moças recebem, já tendo em vista projetos futuros fora da agricultura, motivados pela própria família.

No município de Ipê (RS), onde a presente pesquisa foi realizada, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, embora a população rural ainda seja maior do que a população urbana, o diferencial entre rural e urbano tem-se reduzido. Em 1991, a população rural correspondia a 68% da população total. Em 2007, a população rural corresponde a 53% da população total.

As informações do IBGE também mostram que a população de homens no rural tem sido maior que a população de mulheres, e que, entre 1991 e 2000, a redução das mulheres foi proporcionalmente maior que a redução de homens no meio rural do município.

Tabela 1: População total, população rural e população urbana do município de Ipê (RS).

	1991	1996	2000	2007
Total	5.718	5.543	5.456	5.868
Urbana	32%	40%	43%	47%
Rural	68%	60%	57%	53%

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 1991, 2000, 2007.

Tabela 2: População de homens e mulheres no meio rural de Ipê (RS).

	1991	1996	2000	Redução da população rural entre 1991 e 2000
Homens	2.013	1.744	1.625	-19,27%
Mulheres	1.889	1.584	1.468	-22,29%
Total	3.902	3.328	3.093	-20,73%

Fonte: IBGE. Censo demográfico, 1991, 2000, 2007.

2 UMA ABORDAGEM TEÓRICA DA PROBLEMÁTICA

2.1 A crise de reprodução do ponto de vista econômico

Neste trabalho, consideramos que os processos de êxodo, envelhecimento e masculinização da população rural e a decorrente crise de sucessão nas unidades produtivas dão forma àquilo que estamos chamando crise de reprodução social da agricultura familiar. Para Ploeg (1992), as crises na agricultura são fruto de um crescente processo de desconexão da agricultura com seus elementos estruturantes, processo característico do paradigma da modernização agrícola.

Nesse processo, o autor cita seis tipos de desconexões que impactam a agricultura (PLOEG, 1992), entre os quais a desconexão entre a agricultura, o processo de trabalho e a força de trabalho requerida. Para o autor, até pouco tempo, as qualidades da força de trabalho e a decorrente habilidade técnica, obtidas por meio da socialização e da experiência, eram indispensáveis para uma “boa agricultura” e para o constante desenvolvimento do processo de produção. A partir do projeto modernizante, no entanto, essas necessidades são alteradas em função dos processos de cientifização e de externalização aos quais a agricultura tem sido submetida.

A externalização é o processo pelo qual os elementos e as etapas que integram o processo de produção agrícola são externalizados, ou seja, passam a ser atribuídos às instituições externas. A externalização encontra-se associada a um processo de cientifização, que se caracteriza pela substituição das práticas agrícolas tradicionais por práticas de caráter científico (progresso técnico). São exemplos dos dois processos: a substituição do trabalho humano por máquinas e equipamentos, a substituição da capacidade dos agricultores em identificar a qualidade dos solos por análises de solo feitas em laboratórios por peritos e interpretadas por técnicos de campo; a substituição de práticas tradicionais de manejo da fertilidade dos solos, tais como adubações verdes e rotações de culturas, por adubos químicos comprados da indústria, a substituição de métodos tradicionais de elaboração de alimentos (por exemplo, alimentos derivados de leite) por métodos padronizados por peritos e exigidos pela legislação de alimentos. Nesse novo contexto, não só a quantidade como também a qualidade do trabalho tornam-se cada vez mais supérfluas, sendo possível produzir cada vez mais, com cada vez menos mão de obra.

Para Ploeg (1992), a agricultura moderna é então um processo produtivo que depende cada vez mais de insumos e fatores de produção adquiridos no mercado, e de direito e propriedade da indústria, e cada vez menos dos insumos e fatores

sobre os quais os agricultores possuem direito de propriedade, tais como terra, trabalho, conhecimento e habilidade. No entanto, segundo Ploeg *et al.* (2004, p. 13), esse paradigma está em crise:

[...] a crise se configura no momento em que os preços dos custos de produção alcançam valores expressivos que não são compensados pelos preços de venda dos produtos. Autores têm destacado (Ploeg, 2006; Ploeg and Renting, 2000) que esta não é uma crise circunstancial, que poderia ser resolvida pela via da intervenção do Estado até que a situação de mercado ajustasse as relações de troca.

Nesse contexto de redução crescente nas necessidades de trabalho familiar, de elevação constante dos custos de produção e de dificuldades, também crescentes, de geração de renda adequada às famílias, a permanência dos filhos nas unidades produtivas torna-se cada vez mais desnecessária e difícil. A longo prazo, a migração dos jovens para as cidades e para outras atividades profissionais promove uma situação crescente de unidades produtivas familiares sem herdeiros, gerando o que é conhecido como crise de sucessão hereditária na agricultura familiar.

2.2 A crise vista com base na dimensão simbólica

Além dessa dimensão econômica e produtiva que justificam o êxodo e a crise de reprodução social na agricultura familiar, consideramos, com base em Bourdieu (2000) e Champagne (2002), que a crise de reprodução possui uma dimensão que é simbólica, sendo também uma crise nos valores e na forma de ver e de avaliar a atividade agrícola e o modo de vida rural e de crer neles.

De acordo com Silvestro *et al.* (2001), a garantia da reprodução social na agricultura familiar implica, necessariamente, a presença de um membro da família – entre os filhos – que deseje organizar sua vida profissional em torno da unidade produtiva³. Ou seja, para que haja reprodução, é preciso que haja um sucessor, isto é, não só um herdeiro, mas também um herdeiro que tenha vontade de herdar e que aceite submeter-se à continuação do ofício e da condição de vida de seus pais.

Para Champagne (2002), a crise da reprodução do campesinato tradicional permite perceber uma das condições tácitas que, de maneira mais ampla, torna possível o êxito de toda reprodução social e que reside na crença no valor da posição a reproduzir. Quer-se dizer com isso que, “para que o produtor rural

3 Abramovay *et al.* (2001) e Champagne (2002) chamam a atenção para o fato de que não existe atividade econômica na qual as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura. Ou seja, em nenhuma outra atividade produtiva, a passagem de ofício entre gerações possui uma posição tão fundamental para sua reprodução social e econômica.

possa reproduzir-se como produtor, é preciso também que ele possa reproduzir a crença de que o produtor rural merece ser reproduzido” (CHAMPAGNE, 2002, p. 22). Assim, a reprodução social supõe a existência de uma adesão indiscutida e coletivamente partilhada a uma identidade social, aquela que se trata precisamente de reproduzir e que participa do próprio processo de reprodução. “Para querer reproduzir-se socialmente, ainda é preciso, com efeito, acreditar ‘valiosa’ a posição social a reproduzir” (CHAMPAGNE, 2002, p. 22).

Bourdieu (2000) caracteriza o mundo rural de outrora como formado por comunidades pertencentes a um *microcosmo fechado ao macrocosmo global*. Nesse universo, a pouca dependência em relação ao mercado de bens industriais e de produtos agrícolas, o isolamento geográfico e a precariedade dos meios de transporte favoreciam o fechamento, ou o relativo isolamento, dos agricultores num mundo social de base local. Nessa situação, a identidade dos filhos não tinha como se diferenciar da identidade dos pais, e, para Champagne (2002, p. 23), a “identidade é uma forma da garantia da reprodução, cabendo ao sucessor a perpetuação da família e a integridade do patrimônio que lhe pertence”.

Nesse *microcosmo*, relativamente isolado das influências externas, bastava deixar agir a lógica familiar para que, de maneira quase automática, surgisse um ou vários filhos desejando continuar o empreendimento. A tendência para a autorreprodução e para a autopetpetuação estava tão fortemente inserida nas estruturas sociais e na morfologia do grupo local que, longe de ter de convencer seus filhos a permanecer para sucedê-los, os pais deviam, ao contrário, estimular e, às vezes, mesmo forçar a partir aqueles que estavam excedentes, os quais muitas vezes deixavam a custo o empreendimento familiar, com um sentimento de exclusão.

Para Bourdieu (2000), no entanto, as transformações globais do espaço social rural, a partir da modernização da agricultura e das sociedades rurais, promoveram uma abertura objetiva e subjetiva do mundo camponês, gerando um processo de *unificação do mercado de bens econômicos* e também de *bens simbólicos*. Assim, o *microcosmo fechado* cede lugar a um universo infinito, permitindo o confronto de valores entre esses dois mundos, nos quais os valores do mundo urbano, do mundo industrial sobrepõem-se aos valores do mundo rural. Bourdieu (2000, p. 104) denomina esse processo “unificação do mercado de bens simbólicos, ou revolução simbólica, sendo esta o produto acumulado de inúmeras conversões individuais, que, de um determinado limiar, arrastam-se reciprocamente, numa corrida cada vez mais precipitada”.

Nesse novo universo social mais amplo, os agricultores podem mobilizar uma multiplicidade de comparações sociais, tendendo menos a comparar e avaliar a situação entre si e mais com os grupos sociais urbanos.

A modificação de seus eixos sociais de referência gerou, na maior parte dos pequenos agricultores que pratica a policultura-pecuária, uma visão muito desvalorizada de sua atividade e de seu estilo de vida, um ponto de vista muito pessimista sobre seu futuro que não é sem efeitos sobre suas estratégias de sucessão e de reprodução (CHAMPAGNE, 2002, p. 11).

Para Bourdieu (2000, p. 105), essa ligação com o mundo social, mais amplo que o *microcosmo fechado* de outrora, permite “o fim da autarquia psicológica mantida coletivamente, que fazia do mundo fechado da existência familiar uma referência absoluta”. Novas referências são possíveis, o que permite agora uma avaliação da vida no meio rural e da atividade profissional de agricultor, não só com base nos valores e nas obrigações presentes no microcosmo fechado, mas também em comparação com as novas possibilidades que o mundo social ampliado oferece.

Para Champagne (2002), a comparação entre as trajetórias sociais na agricultura e as possibilitadas fora dela dá-se inicialmente em relação às condições dos familiares que saíram do meio rural, principalmente entre irmãos e irmãs, e de forma mais intensa quando os emigrados são em número maior do que os que ficaram. A trajetória social de um irmão ou de uma irmã é um ponto de comparação obrigatório: a evocação de um destino ao qual se escapou, quando ela é mais baixa, ou de uma posição possível, mas não realizada, quando ela é mais alta. Essa ação dos migrantes tornou-se ainda mais forte hoje porque as facilidades maiores de comunicação e, em particular, a difusão do automóvel provocaram uma multiplicação dos contatos entre os agricultores e os membros de sua família que partiram como assalariados:

[os que partiram], durante as férias e os fins-de-semana, retornam ao povoado e, por provocação, como que para justificar que tiveram razão ao partir, exibem as vantagens (reais ou fictícias) de sua nova condição (férias remuneradas, auxílio-doença, rendas regulares, conforto, etc.). O migrante, queira ele ou não, e muito freqüentemente ele o deseja conscientemente, cria a dúvida naqueles que não partem (CHAMPAGNE, 2002, p. 11)⁴.

4 Além dos efeitos desestruturantes das comparações possibilitadas pela abertura do espaço social, tanto Champagne (2001), quanto Bourdieu (2002) chamam a atenção para a ação decisiva da escola no processo de desvalorização dos valores camponeses. Segundo Bourdieu (2002), os efeitos provocados pelo prolongamento das atividades escolares e de sua concentração nos centros urbanos ocorrem menos em função da mensagem pedagógica que a escola transmite e mais em função da separação dos agricultores de seus meios de reprodução social e biológica.

Essa inversão na *tábua de valores camponeses* atinge mais depressa aqueles membros familiares que têm condições, devido à posição que ocupam na antiga hierarquia, de perceber antes, e melhor, as vantagens ligadas à vida urbana. Essa posição em relação à hierarquia está diretamente relacionada aos projetos familiares em relação a cada um dos membros. Nesses projetos familiares, as filhas mulheres e os filhos não herdeiros eram preparados desde cedo para outras trajetórias profissionais, tornando-se – em especial as mulheres, menos apegadas à condição camponesa – menos presos à preocupação e à obrigação de manter o patrimônio. Essa posição gera nesses membros uma situação de menor *resistência* às condições de *atração* do mundo urbano e, assim, eles ficam mais dispostos às promessas da vida na cidade. “As mulheres que, como objetos simbólicos de troca, circulavam de baixo para cima e se viam por isso espontaneamente inclinadas a se mostrar solícitas e dóceis em relação às injunções ou às seduições citadinas são, juntamente com os filhos mais moços, o cavalo de Tróia do mundo urbano” (BOURDIEU, 2000, p. 104).

Bourdieu (2000) chama a atenção para a ação desse deslocamento de trajetórias almejadas pelos jovens rurais, principalmente pelas moças, o que incide decisivamente nas possibilidades de matrimônio e, assim, de formação de novas famílias. Para esse autor, “o mercado matrimonial constitui para os camponeses uma ocasião particularmente dramática de descobrir a transformação da tábua de valores e o esboroamento do preço social que lhes é atribuído” (BOURDIEU, 2000, p. 106), o que pode ser identificado pelo surgimento de um processo recente no meio rural brasileiro – a *masculinização do campo* – ou, ainda, pelo celibato estudado na França por Bourdieu (1962).

Esses processos resultam da saída das filhas mulheres em busca de ofícios no meio urbano e da preferência daquelas que ainda não foram por casamentos com jovens urbanos ou filhos de agricultores que já se deslocaram para o meio urbano. Assim, “a unificação do mercado matrimonial neutraliza os mecanismos sociais que lhe garantiam, nos limites de um mercado restrito, um monopólio de fato, capaz de lhe fornecer todas as mulheres necessárias à reprodução social do grupo, se somente estas” (BOURDIEU, 2000, p. 107). Por isso, a identidade diferenciada entre os jovens e as jovens é o agente causador das transformações no “mercado matrimonial”. Assim, enquanto os jovens persistem na condição identitária de agricultor, as jovens buscam outra, tornando incompatível a união entre eles por meio do matrimônio – garantia da reprodução dos agricultores.

3 A AGROECOLOGIA COMO ALTERNATIVA PRODUTIVA E REPRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A situação de crise de reprodução, que, conforme vimos, possui uma dimensão que é econômica e uma outra que é simbólica, tem levado à construção de um conjunto de alternativas práticas por parte das populações rurais. A análise do conjunto dessas práticas substancia aquilo que uma série de autores tem denominado paradigma do desenvolvimento rural (PLOEG *et al.*, 2004). Nesse novo paradigma o desenvolvimento rural passa a ser considerado um processo construído localmente, enraizado na história, na cultura local, e fortemente baseado no retorno à centralidade do trabalho, das potencialidades dos recursos naturais e do conhecimento, da habilidade técnica das famílias.

Para Ploeg *et al.* (2004), o desenvolvimento rural tem sido construído por meio de um repertório diversificado de formas de reação e de inovação, que vão desde estratégias de economização (agricultura de baixo custo) até formas de pluriatividade e de diversificação das fontes de rendas, passando pela produção agroecológica. Neste trabalho, estudaremos uma dessas experiências de desenvolvimento rural: a produção ecológica de alimentos no município de Ipê (RS).

3.1 O caso estudado

Nossa realidade de estudo é a prática social da agricultura ecológica no município de Ipê (RS), município que, juntamente com Antônio Prado, se destaca na proposição agroecológica, pelo tempo e pelo número de famílias engajadas nessa atividade⁵. Em Ipê, as primeiras experiências em agricultura ecológica tiveram início na primeira metade dos anos 80, quando o Projeto Vacaria, atualmente denominado Centro Ecológico, foi ali implantado. Além disso, o caso de Ipê torna-se representativo devido ao nível de incorporação dos princípios agroecológicos no manejo dos agroecossistemas ou, em outras palavras, em razão do estágio em que se encontram as unidades produtivas no processo de transição agroecológica. Segundo informações do Centro Ecológico⁶, em outubro de 2006⁷, a grande maioria das unidades produtivas do município – que estavam inseridas

5 Ipê localiza-se no Estado do Rio Grande do Sul (RS), na região conhecida como Serra Gaúcha.

6 Consultar o *site* <http://www.centroecologico.org.br>

7 Outubro de 2006 foi o período em que foi realizada a coleta de dados que deu origem a este trabalho.

na rede alternativa – não utilizava agrotóxicos, adubos químicos e organismos geneticamente modificados nos seus sistemas produtivos há mais de 10 anos. Nessa mesma data, havia cerca de 70 famílias de agricultores ecologistas em Ipê e Antônio Prado, e 180 nos demais municípios da região serrana do RS⁸.

É importante destacar que as famílias e associações não se encontram isoladas em seus processos de transição e nas suas práticas de inserção produtiva. Ao contrário disso, as famílias ecologistas de Ipê estão em constante relação – por meio das práticas de comercialização, das atividades de formação e da constante mobilização em torno de temas pertinentes à proposta agroecológica – com outras famílias de agricultores ecologistas da região serrana e de outras regiões do RS, de Santa Catarina (SC) e do Paraná (PR), o que permitiu a identificação por Schmitt (2001, p. 298) de uma “[...] rede alternativa de produção e circulação de alimentos ecológicos”.

A expressão “agricultura ecológica” aqui é utilizada para defender a prática de uma agricultura baseada nos princípios da agroecologia. No entanto, conforme descrito por Meirelles (2002), a agricultura ecológica não se limita à utilização de tecnologias alternativas baseadas nos princípios da agroecologia, e a experiência de Ipê é bastante representativa da construção daquilo que Meirelles (2002) chama “mecanismos de suporte” à mudança técnico-ambiental na agricultura. Nesse sentido, juntamente com os esforços de redesenho dos agroecossistemas, as famílias de Ipê têm buscado construir e consolidar mecanismos de agregação de valor aos produtos agrícolas, por meio da agroindustrialização em pequena escala e da constituição de canais alternativos de comercialização.

Em relação à estratégia de agroindustrialização, em outubro de 2006, existiam em Ipê cinco agroindústrias familiares ou associativas, com capacidade para processar frutas e hortaliças ecológicas, todas com os registros legais necessários. Nessa mesma data, em praticamente todas as famílias de agricultores ecologistas de Ipê, um ou mais produtos eram processados e comercializados.

No que diz respeito à comercialização, vale destacar que a maior parte dos produtos ecológicos *in natura* produzidos em Ipê é comercializada em feiras em Antônio Prado, Caxias do Sul, Flores da Cunha e Porto Alegre. Os produtos industrializados, porém, são comercializados principalmente em lojas de produtos ecológicos em Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo e Rio de Janeiro, além de

8 Além de Ipê, existem famílias de agricultores ecologistas nos seguintes municípios da Serra do RS: Antônio Prado, Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Nova Prata, Veranópolis, Nova Bassano, Nova Roma do Sul e São Francisco de Paula.

O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê (RS)

outras capitais. O quadro a seguir apresenta algumas características da agricultura ecológica no município de Ipê, em outubro de 2006.

Número de famílias	69
Associações	Associação dos agricultores ecologistas da Linha Pereira de Lima (APEMA); Associação dos agricultores ecologistas da Vila Segredo (APEVS); Associação dos agricultores de Santa Catarina (APESC); Associação dos agricultores ecologistas da Linha São João (AESBA); Associação dos agricultores ecologistas de São José (APEJ); Associação dos agricultores ecologistas da sede de Ipê (APESI); Associação dos agricultores ecologistas de Santo Antônio (APESAA).
Cooperativas	Cooperativa dos agricultores ecologistas de Ipê e Antônio Prado (COOPAECIA).
Mecanismos de comercialização	Feiras em Antônio Prado (1), Caxias do Sul (2), Porto Alegre (5). Lojas em Ipê (1), Antônio Prado (1), Caxias do Sul (3), Porto Alegre (1). Casas de produtos naturais e supermercados em Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais.
Agregação de valor	5 agroindústrias processadoras de sucos e bebidas, doces em geral e conservas vegetais.

Quadro 1: Caracterização da agricultura ecológica em Ipê e Antônio Prado (RS) (2006).

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

3.2 Os objetivos, as hipóteses, o método

Neste trabalho, objetivamos analisar a potencialidade da prática de agricultura ecológica, no município de Ipê (RS), para promover efeitos na geração de ocupações nas unidades produtivas (emprego de mão de obra familiar e contratada) e manter jovens (rapazes e moças), a curto e a longo prazo, nas unidades familiares. Ou seja, aqui pretendemos analisar se a prática da agroecologia tem gerado impactos na presença e na ocupação de jovens (moças e rapazes) e nas possibilidades de sucessão hereditária das unidades familiares, e quais os motivos desses eventuais impactos.

Como hipótese central, propomos que a inserção na rede alternativa amplia as possibilidades de manutenção dos membros das famílias trabalhando nas unidades familiares, bem como as possibilidades de os jovens seguirem os projetos profissionais dos pais, garantindo, assim, a sucessão hereditária das

unidades de produção e sua reprodução social. Isso estaria acontecendo em função de dois processos simultâneos: de um lado, o retorno à centralidade do trabalho, característico das estratégias dos agricultores ecologistas – a produção ecológica, a agroindustrialização e a comercialização direta; de outro, a revalorização da profissão de agricultor pelos ecologistas, que estaria acontecendo em função de melhorias nas condições de trabalho e na renda das famílias desse grupo.

A fim de dar conta dos nossos objetivos, analisaremos os seguintes indicadores:

- a) o número de pessoas que residem e trabalham nas unidades produtivas;
- b) o número de moças e de rapazes que residem e trabalham nas unidades produtivas;
- c) a idade média dos membros das famílias;
- d) as perspectivas de sucessão com base no depoimento dos filhos e no depoimento dos pais;
- e) os projetos profissionais dos filhos;
- f) a forma com que os filhos veem a atividade agrícola e o mundo rural.

Como método, foi utilizada a comparação entre ecologistas e não ecologistas, a fim de destacar, por um lado, as consequências que o engajamento na prática da agricultura ecológica promove nas famílias e, por outro, as continuidades entre ecologistas e não ecologistas. Dessa forma, foram analisadas 15 famílias, sendo sete ecologistas e oito não ecologistas. Entre as famílias analisadas, optamos por selecionar famílias com o mesmo perfil demográfico e com pelo menos um filho com idade entre 15 e 29 anos. Essa escolha está baseada no fato de que é nessa época que os jovens, em geral, definem as trajetórias profissionais que seguirão, ou seja, decidem se migrarão ou se permanecerão na unidade de produção familiar. Os dados foram coletados por meio de entrevistas estruturadas (questionário) e semiestruturadas (roteiro de pesquisa). Para a análise estatística dos dados, foi utilizado o *software* SPSS.

3.3 Resultados

3.3.1 Número de membros nas famílias vivendo na unidade produtiva (UP) e utilização de mão de obra

Observando-se as variáveis *Número de membros das famílias vivendo na UP*, *UHT familiar* e *UHT contratada* (Tabela 3), pode-se constatar que existem diferenças

entre os dois grupos analisados. Com efeito, observa-se que as famílias ecologistas possuem mais pessoas residindo nas unidades produtivas e que, nessas unidades, o emprego do trabalho dos membros das famílias e também de pessoas contratadas é superior⁹. Enquanto as famílias ecologistas dispõem, em média, de mais de 4 UTH, as famílias não ecologistas dispõem de 2,9 UTH. Os ecologistas contrataram em 2006 0,4 UHT; já os não ecologistas não contrataram mão de obra durante aquele ano.

Na Tabela 4, podemos observar que a distribuição da mão de obra entre as diferentes atividades varia entre os grupos. Entre os não ecologistas, a maior parte da mão de obra familiar é utilizada em atividades agrícolas (72,35%). No grupo dos ecologistas, somente 37,2% da mão de obra é utilizada em atividades agrícolas. Nesse grupo, a pluriatividade destaca-se na utilização de mão de obra (25,87% entre os três tipos), sendo a pluriatividade para-agrícola (atividades não agrícolas diretamente ligadas à produção agrícola, tais como processamento, beneficiamento ou agroindustrialização de produtos agrícolas por famílias de agricultores) o tipo mais comum. Entre os ecologistas analisados, todas as famílias praticam esse tipo de pluriatividade.

Outra observação importante que deve ser feita refere-se à utilização de mão de obra na comercialização dos produtos das famílias ecologistas. Enquanto as famílias não ecologistas não utilizaram mais do que 1,14% da mão de obra disponível na comercialização, os ecologistas utilizaram 15,49% da mão de obra disponível na família em atividades ligadas à comercialização dos produtos.

3.3.2 Idade média dos membros das famílias, número de moças e de rapazes

Na Tabela 3, são apresentados os dados sobre os indicadores *Idade média dos membros das famílias, número de moças e número de rapazes* que vivem nas unidades produtivas analisadas.

Em relação à idade média dos membros das famílias, pode-se verificar que não há diferenças estatísticas entre os grupos. Quanto ao número de jovens, pode-se observar que, no grupo dos ecologistas, tanto o número de moças, quanto o número de rapazes que vivem e trabalham na propriedade das famílias é superior. Enquanto nas famílias ecologistas residem e trabalham, em média, 1,4 rapaz e 0,7 moça, no grupo dos ecologistas vivem e trabalham 1,0 rapaz e 0,1 moça.

⁹ Aqui a unidade utilizada é a Unidade de Trabalho Homem (UHT), que equivale a 300 dias de trabalho de 8 horas de uma pessoa adulta, entre 19 e 59 anos.

Tabela 3: Algumas características das famílias ecologistas e não ecologistas de Ipê (RS) analisadas neste trabalho (2004).

	Número de mem- bros nas famílias vivendo na UP	UHT familiar	UHT contratada	Número de filhos com 15 a 29 anos (rapazes na UP)	Número de filhas com 15 a 29 anos (moças na UP)	Número de filhos fora da UP	Idade média dos membros das famílias	Perspectiva de sucessão a partir dos pais	Perspectiva de su- cessão a partir dos filhos e filhas
FAMÍLIAS ECOLOGISTAS									
Família 1	4	4	0	1	1	2	41,00	Sim	Sim
Família 2	5	3,5	0	0	2	1	41,20	Sim	Sim
Família 3	4	4	0	1	0	1	40,25	Sim	Sim
Família 4	5	4,5	0,55	1	1	1	36,20	Sim	Sim
Família 5	4	4	1,95	2	0	0	43,75	Sim	Sim
Família 6	7	4	0,56	2	0		45,29	Sim	Sim
Família 7	5	4	0	2	1	1	35,00	Sim	Sim
Média	4,9*	4,0*	0,4*	1,4*	0,7*		40,38		
FAMÍLIAS NÃO ECOLOGISTAS									
Família A	3	2,5	0,1	1	0	2	38,33	Sim	Sim
Família B	4	4	0	1	1	4	43,00	Sim	Sim
Família C	3	2	0	1	0	7	51,00	Não sabem	Não sabem
Família D	3	3	0	1	0	2	38,67	Sim	Sim
Família E	3	2,5	0	1	0	1	40,33	Não sabem	Sim
Família F	3	3	0	1	0	4	45,67	Não sabem	Sim
Família G	3	3	0	1	0	1	41,33	Não sabem	Não sabem
Família H	3	3	0,05	1	0	1	41,00	Não sabem	Não sabem
Média	3,1*	2,9*	0,0*	1,0*	0,1*		42,42		

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

*Médias diferem estatisticamente entre si, a 5% de significância (ou seja, com 95% de probabilidade de acerto).

O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê (RS)

Tabela 4: Utilização da mão de obra (MO) nas unidades produtivas analisadas na safra 2004-2005.

		MO total da família (UTH)	UTH agt**	MO total em atividades exclusivamente agrícolas (%)	Doméstica (%)	Paragrícola (%)	Agrícola fora da UP (%)***	Outras não agrícolas (%)	Comercialização (%)
Famílias ecologistas									
Fam1	UHT	4,00	4	55,25%	12,50%	16,00%	0,00%	3,33%	13,00%
Fam2	UHT	3,50	3,5	56,86%	22,86%	5,43%	0,00%	0,00%	15,00%
Fam3	UHT	4,00	4	54,96%	12,50%	4,79%	4,58%	5,83%	17,33%
Fam4	UHT	4,50	5,05	6,93%	19,80%	2,48%	19,80%	0,00%	17,16%
Fam5	UHT	4,00	5,95	29,24%	8,40%	32,49%	0,00%	0,00%	11,65%
Fam6	UHT	4,00	4,56	19,08%	32,89%	31,80%	0,00%	0,00%	17,11%
Fam7	UHT	4,00	4	38,08%	15,00%	10,83%	0,00%	43,75%	17,33%
Média		4,00*	4,44*	37,20%*	17,71%	14,83%*	3,48%	7,56%	15,49%*
Famílias não ecologistas									
FamA	UHT	2,50	2,6	51,54%	9,62%	0,00%	0,00%	38,46%	0,38%
FamB	UHT	4,00	4	75,75%	12,50%	3,13%	0,00%	8,33%	0,29%
FamC	UHT	2,00	2	68,42%	25,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,58%
FamD	UHT	3,00	3	93,33%	6,67%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FamE	UHT	2,50	2,5	79,60%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,40%
FamF	UHT	3,00	3	82,67%	12,50%	4,17%	0,00%	0,00%	0,67%
FamG	UHT	3,00	3	78,94%	16,67%	4,17%	0,00%	0,00%	0,22%
FamH	UHT	3,00	3,05	48,52%	8,20%	8,20%	33,88%	0,00%	0,55%
Média		2,88*	2,89*	72,35%*	13,90%	2,46%*	4,24%	5,85%	1,14%*

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

* Médias diferem estatisticamente entre si, a 5% de significância (ou seja, com 95% de probabilidade de acerto).

** Soma do familiar e do contratado.

*** Pluri de base agrária.

3.3.3 Perspectivas de sucessão hereditária nas famílias e futuro desejado por moças e rapazes

Vimos até aqui que as famílias ecologistas têm tido melhores condições de empregar o trabalho da família, em especial o trabalho dos filhos, podendo, assim, mantê-los nas unidades produtivas. No entanto, conforme visto no referencial teórico apresentado anteriormente, ter mais filhos e filhas morando e trabalhando na unidade produtiva não garante a sucessão hereditária, pois, no caso das famílias analisadas, os rapazes e moças estão na faixa de idade em que seus projetos profissionais futuros ainda estão em definição, ou seja, ainda estão definindo se ficarão ou não na sucessão da unidade familiar e na profissão de agricultor.

Quando, no entanto, filhos e pais foram questionados sobre a perspectiva de sucessão hereditária da unidade familiar, novamente os ecologistas mostraram vantagens. Nesse grupo, em todas as famílias, tanto os pais quanto os filhos afirmaram haver herdeiros, ou seja, afirmaram que alguém entre os filhos dará continuidade à unidade produtiva (Quadro 2). No grupo dos não ecologistas, a situação é diferente, já que, nesse grupo, a maioria dos pais não sabe se algum dos filhos o sucederá, e, entre os filhos, em três das oito famílias analisadas, eles não sabem se permanecerão como herdeiros.

	Perspectiva de sucessão	
	A partir dos pais	A partir dos filhos(as)
FAMÍLIAS ECOLOGISTAS		
Família 1	Sim	Sim
Família 2	Sim	Sim
Família 3	Sim	Sim
Família 4	Sim	Sim
Família 5	Sim	Sim
Família 6	Sim	Sim
Família 7	Sim	Sim
FAMÍLIAS ECOLOGISTAS		
Família A	Sim	Sim
Família B	Sim	Sim
Família C	Não sabem	Não sabem
Família D	Sim	Sim
Família E	Não sabem	Sim
Família F	Não sabem	Sim
Família G	Não sabem	Não sabem
Família H	Não sabem	Não sabem

Quadro 2: Perspectivas de sucessão hereditária das unidades produtivas das famílias ecologistas e não ecologistas de Ipê (RS) analisadas neste trabalho (2004).

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Analisando-se as razões indicadas pelos jovens para permanecerem ou não na agricultura, novamente as diferenças entre os grupos tornam-se evidentes. Enquanto no grupo dos ecologistas, grupo no qual todos os jovens pretendem ficar no meio rural e na profissão de agricultor, o motivo principal é o fato de os jovens gostarem *da profissão de agricultor e de sentirem-se valorizados como agricultores(as)*, entre os não ecologistas, dos cinco jovens que pretendem permanecer, três manifestaram o desejo de ficar *porque gostam da agricultura, um por medo do desemprego na cidade e outro porque os pais querem que ele permaneça*. Os demais disseram desejar sair da agricultura e do meio rural.

Tratando-se do futuro profissional desejado por moças e rapazes (Quadro 3), observa-se que, entre os ecologistas, a pluriatividade para-agrícola é vista como o principal projeto profissional dos jovens, nesse caso, a associação da atividade agrícola de produção ecológica com a agroindustrialização de alimentos. Entre os não ecologistas, em três das oito famílias analisadas, os jovens pretendem ser exclusivamente agricultores; em três, os jovens pretendem morar na cidade e, em duas, ser pluriativos, nesse caso na pluriatividade agrícola fora da UP.

A importância que a pluriatividade assume nos projetos profissionais dos filhos dos ecologistas, que em todos os casos pretendem continuar no meio rural, faz-nos questionar se o que diferencia as famílias é a inserção na produção ecológica ou se é a estratégia da pluriatividade. A resposta parece ser os dois, pois, pelo que pudemos constatar, entre os ecologistas a recorrência à pluriatividade tem sido decorrente da inserção na rede alternativa (Quadro 4).

FAMÍLIAS ECOLOGISTAS						
	Número de filhos com 15 a 29 anos (rapazes na UP)	Número de filhas com 15 a 29 anos (moças na UP)	Futuro desejado pelos jovens	Principais razões para permanecer ou não na agricultura	Futuro desejado pelas moças	Principais razões para permanecer ou não na agricultura
Fam. 1	1	1	Ser agricultor	Gosta da agricultura e sente-se valorizado como agricultor	Ser agricultora ecologista + agroindústria	Gosta da agricultura e sente-se valorizado como agricultor
Fam. 2	0	2			Ser agricultora ecologista + agroindústria	Gosta da agricultura e sente-se valorizado como agricultor
					Ser agricultora ecologista + agroindústria	Medo do desemprego na cidade
Fam. 3	1	0	Ser agricultor	Gosta da agricultura e sente-se valorizado como agricultor		
Fam. 4	1	1	Ser agricultor ecologista + agroindústria	Gosta da agricultura e sente-se valorizado como agricultor	Ser agricultora	Gosta da agricultura e sente-se valorizado como agricultor
Fam. 5	2	0	Ser agricultor ecologista + agroindústria	Gosta da agricultura e sente-se valorizado como agricultor		
			Ser agricultor ecologista + agroindústria	Gosta da agricultura e sente-se valorizado como agricultor		
Fam. 6	2	0	Ser agricultor ecologista + agroindústria	Gosta da agricultura e sente-se valorizado como agricultor		
			Ser agricultor ecologista + agroindústria	Gosta da agricultura e sente-se valorizado como agricultor		
Fam. 7	2	1	Ser agricultor ecologista + agroindústria	Gosta da agricultura e sente-se valorizado como agricultor	Ser agricultora ecologista + agroindústria	Gosta da agricultura e sente-se valorizado como agricultor
			Ser agricultor ecologista + agroindústria	Gosta da agricultura e sente-se valorizado como agricultor		Gosta da agricultura e sente-se valorizado como agricultor

O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê (RS)

FAMÍLIAS NÃO ECOLOGISTAS							
Fam. A	1	0	Atividades agrícolas na UP + atividades não-agrícolas	Gosta de morar no meio rural			
Fam. B	1	1	Atividades agrícolas na UP + atividades não-agrícolas	Medo do desemprego na cidade	Ser professora	Não gosta da agricultura e quer ter outra profissão	
Fam. C	1	0	Trabalhar e morar na cidade	Não gosta da agricultura e quer ter outra profissão			
Fam. D	1	0	Ser agricultor	Gosta da agricultura			
Fam. E	1	0	Ser agricultor	Gosta da agricultura			
Fam. F	1	0	Ser agricultor	Por que os pais querem que ele permaneça			
Fam. G	1		Trabalhar e morar na cidade	Não gosta da agricultura e quer ter outra profissão			
Fam. H	1	0	Trabalhar e morar na cidade	Não gosta da agricultura e quer ter outra profissão			

Quadro 3: Futuro desejado pelas moças e rapazes (filhos) nas famílias analisadas em Ipê (RS) (2006).

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Tipo de pluriatividade	Para-agrícola	Agrícola fora da UP (= pluri de base agrária)	Outras não agrícolas
Famílias ecologistas			
Fam. 1	Melhoria da renda da família Aproveitamento de produtos ecológicos		
Fam. 2	Melhoria da renda da família Aproveitamento de produtos ecológicos		
Fam. 3	Melhoria da renda da família Aproveitamento de produtos ecológicos	Aproveitamento de mão de obra ociosa	
Fam. 5	Melhoria da renda da família Aproveitamento de produtos ecológicos		
Fam. 6	Melhoria da renda da família Aproveitamento de produtos ecológicos		
Fam. 7	Melhoria da renda da família Aproveitamento de produtos ecológicos No caso do queijo por tradição		Atividade para os filhos
Famílias não ecologistas			
Fam. A	Tradição		Melhoria da renda da família
Fam. B	Melhoria da renda da família Tradição Alternativa às novas exigências da cooperativa (leite)		Melhoria da renda da família Aproveitamento de mão de obra ociosa
Fam. C	Não exerce a pluriatividade		
Fam. D	Não exerce a pluriatividade		
Fam. E	Não exerce a pluriatividade		
Fam. F	Melhoria da renda da família Tradição Alternativa às novas exigências da cooperativa (leite)		
Fam. G	Não exerce a pluriatividade		
Fam. H	Melhoria da renda da família	Melhoria da renda da família Troca de serviços por máquinas e equipamentos	Aproveitamento de mão de obra ociosa
		Melhoria da renda do filho	

Quadro 4: Principais motivos que levaram as famílias de Ipê (RS) a exercer a pluriatividade (2004/2005).
Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Conforme podemos ver no Quadro 4, é unânime, no grupo dos ecologistas, a recorrência à pluriatividade, para-agrícola em agroindústrias das famílias, motivada pela *necessidade de melhorar a renda das famílias* e de *aproveitar os produtos ecológicos*. Isso ocorre, segundo os entrevistados, porque, para as famílias ecologistas, as feiras são os principais mercados de alimentos ecológicos *in natura*. Apesar de serem espaços de comercialização de uma grande variedade de produtos, as feiras não têm sido capazes de promover o escoamento de grandes volumes de produção. A comercialização de maiores quantidades é possível na venda por atacado, o que, no caso de produtos perecíveis como frutas e hortaliças, exige a transformação em sucos, doces, polpas etc.

No grupo dos não ecologistas, além da necessidade de *melhorar a renda das famílias*, são citados o *aproveitamento da mão de obra ociosa*, principalmente no período do inverno, e a *tradição familiar*. No caso da transformação do leite em queijo, os motivos foram relacionados às crescentes exigências de higiene e de equipamentos, e à política de preços e de cotas que tem sido estabelecida pelos laticínios.

Mas, se em ambos os grupos, há motivos externos às famílias para a prática da pluriatividade, por que entre os ecologistas essa prática é mais frequente e resulta em maiores investimentos de mão de obra e em capital¹⁰ do que entre os não ecologistas? Observando-se as respostas dos não ecologistas, constata-se que, quando questionados sobre a possibilidade de investir (capital e mão de obra) em agroindústrias, esse tipo de estratégia pareceu-lhes bastante distante do universo de possibilidades de suas famílias:

[...] a gente nunca pensou nisto [...] (Entrevista n.º 10).

[...] a gente sabe que os ecologistas trabalham com as fábricas, mas a gente não sabe nem por onde começar [...] (Entrevista n.º 11).

[...] é muito gasto e parece que demora pra ganhar dinheiro. Eu tentei me informar um pouco, mas ninguém que eu perguntei sabia me dizer muita coisa direito [...] (Entrevista n.º 15).

[...] assim a gente faz o queijo e vende. Na verdade o gasto é só do leite. Numa agroindústria tem o gasto da fábrica, das máquinas, a firma que tem que abrir. Daí tem que produzir mais queijo e vai vender onde? Os ecologistas fazem porque eles tão na feira, tem as loja, tem lá no Ipê a Central deles, nós não temos estas coisas (Entrevista n.º 12).

10 Os dados sobre investimento de capital em agroindústrias familiares não estão apresentados neste trabalho, mas, de acordo com os dados coletados – apresentados no trabalho **Mercados e reprodução social**: um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê-RS (OLIVEIRA, 2007) –, os ecologistas apresentaram um nível de investimento nas unidades produtivas superior ao dos não ecologistas, e nesses investimentos têm destaque a construção de agroindústrias familiares. Das famílias entrevistadas, 82,5% haviam realizado, até o ano de 2006, algum nível de investimento de capital em agroindústrias familiares.

Ao contrário, os depoimentos a seguir mostram como, no caso dos ecologistas, a inserção na ecologia, ao mesmo tempo que exige, também promove e facilita a prática da agroindustrialização e o consequente investimento em agroindústrias familiares.

[...] Nós começamos trabalhar na ecologia tratando o parreiral, mas só um pedaço, e as framboesa também. No primeiro ano a gente vendeu tudo na feira. Era pouquinho produto, era levar e vendia tudo. Depois a gente foi aumentar o parreiral e resolvemos que se era pra tá na ecologia tinha que ser em tudo. Daí falamos com o pai e ele concordou em deixar a propriedade 100% ecológica. Só que daí não vendia mais tudo na feira. Imagina 3 hectares de uva na feira, não vende. Então a gente foi fazer suco. No começo nem a gente, nem os técnicos sabia de nada sobre fazer suco, a gente só o que conhecia era uma panela pequena que o técnico da Emater de Ipê trouxe aqui em casa. Daí a gente foi fazendo, vendendo e aprendendo (Entrevista n.º 5).

[...] Nós começamos com o suco porque a gente via o pessoal da AECIA fazer. A gente tinha uva sobrando, que não vendia na feira, e entregava pra cantina. Mas dava dó produzir na ecologia, cuidar sem veneno e entregar pra fazer vinho na cantina. Foi com aqueles da AECIA que a gente aprendeu. Teve um ano inclusive que a gente fazia o suco com a nossa uva e vendia pra eles venderem no comércio deles (Entrevista n.º 6).

[...] Naquele tempo era tudo novo, ninguém sabia nada, a gente tateava tudo. Hoje o cara entra na ecologia é tem aí as agroindústria, as feiras, as lojinhas, os caminhão que vão pra São Paulo. Hoje é mais fácil (Entrevista n.º 5).

[...] As nossa panelas, o jeito de fazer, tudo a gente aprendeu com as outras famílias (Entrevista n.º 1).

[...] Se não fosse a agroindústria a gente não tava mais na ecologia. A gente foi pra feira 8 anos mas quando a agroindústria ficou mais forte a gente largou a feira. Eu tenho prestado atenção e pra mim as famílias que saem da ecologia é aquelas que ficam só com a feira (Entrevista n.º 6)..

[...] Se eu não fosse da ecologia eu não me arriscava com agroindústria. Nós aqui trabalhamos no grupo, fazemos curso, tem a central de comercialização. Sem estas coisas como é que o colono vai saber como começar um negócio deste? (Entrevista n.º 7).

CONCLUSÕES

Os dados analisados mostraram que a inserção na agricultura ecológica tem gerado mudanças positivas nas famílias em relação ao número de pessoas que residem e trabalham na agricultura, inclusive ao número de jovens. Cruzando essas informações com dados sobre as formas de utilização da mão de obra das famílias, vimos que, entre as famílias ecologistas, há uma diversificação das atividades realizadas, destacando-se, no uso da mão de obra familiar, juntamente com a atividade agrícola, as atividades de agroindustrialização e de comercialização de produtos ecológicos. Isso parece indicar que a inserção na agroecologia e a

diversificação de atividades dela decorrente têm gerado um retorno à centralidade do trabalho no que se refere à quantidade requerida, o que cria novas condições para a manutenção de mais pessoas vivendo e trabalhando nas propriedades, inclusive de jovens (novos empregos produtivos no meio rural), e, por conseguinte, novas oportunidades em termos de reprodução social.

Indo além da condição atual e buscando saber quais são as perspectivas dos filhos(as) e dos pais em relação à sucessão hereditária das unidades familiares, verificamos que, entre os ecologistas, as possibilidades de sucessão das unidades familiares pelos filhos são maiores, já que em todas as famílias os jovens afirmaram que a unidade familiar já tem herdeiro e que eles desejam ficar na agricultura e no meio rural porque gostam da profissão e porque se sentem valorizados como agricultores. Nesse aspecto, é evidente que, entre os ecologistas, a profissão de agricultor e a vida no meio rural têm assumido um sentido positivo superior àquele manifestado pelos jovens não ecologistas.

Sobre o futuro profissional desejado pelos jovens, vimos que, entre os ecologistas, a pluriatividade para-agrícola figura como o principal desejo e que ela tem sido promovida e facilitada pela inserção das famílias na agricultura ecológica e pelas facilidades que a inserção na rede de produção e comercialização de alimentos ecológicos oferece.

Ao final do trabalho, pode-se afirmar que a inserção na agricultura ecológica tem gerado impactos positivos na forma como os jovens veem a profissão de agricultor e nela acreditam. Isso, associado às novas oportunidades profissionais – com destaque para a pluriatividade para-agrícola, promovida e estimulada pela inserção na agricultura ecológica – tem aumentado as possibilidades de reprodução social das unidades produtivas dessas famílias, a curto e a longo prazo, o que nos permite confirmar a hipótese de trabalho estabelecida inicialmente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafio dos novos padrões sucessórios. 2. ed. Brasília, DF: Unesco, 1998. 101 p.

BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne. **Études Rurales**, Paris, n. 5-6, p. 32-135, 1962.

———. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. Reprodução proibida: a dimensão simbólica da dominação econômica. In: BOURDIEU, P. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 93-119.

CHAMPAGNE, P. **L' héritage refusé**: La crise de la reproduction sociale de la paysannerie française 1950 - 2000. Paris: SEUL, 2002.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinqüenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

CHAMPAGNE, P. **L' héritage refusé**: la crise de la reproduction sociale de la paysannerie française, 1995-2000. Paris: Le Seuil, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1995**. Rio de Janeiro, 1995-1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

MEIRELLES, L. B. **Agricultura ecológica e agricultura familiar**. 2002. Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br>>. Acesso em: 5 maio 2006.

OLIVEIRA, D. **Mercados e reprodução social**: um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê-RS. 2007. 217 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: SEVILLA GUZMAN, E. S.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. L. (Ed.). **Ecología, campesinado y historia**. Madrid: La Piqueta, 1992. p. 153-195.

PLOEG, J. D. van der; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F. H. J.; VENTURA, F; WISKERKE, J. S. C. On Regimes, Novelties, Niches and Co-Produção. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. **Seeds of transition**. Assen: Van Gorcum, 2004. p. 1-30.

SCHMITT, C. J. **Tecendo as redes de uma nova agricultura**: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul. 2001. 395 f. Tese (Doutorado em Sociologia) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: NEAD, 2001.

Texto submetido à Revista em maio e aceito para publicação em novembro de 2009